

Desenvolvimento Socioambiental Local: Uma Experiência para se Ponderar

*Social-environmental development and community:
one experience to dwell on*

Denise Pini Rosalem da Fonseca*

Resumo: A proposta deste trabalho é oferecer um material documental a partir do qual se possa refletir sobre “desenvolvimento”, baseado em uma racionalidade outra, que seja pautada em valores éticos e que se construa a partir do patrimônio imaterial das identidades culturais de cada grupo humano. A experiência apresentada trata-se de um projeto de desenvolvimento socioambiental, realizado na comunidade de Vila Canoa, bairro pobre da área de São Conrado, cidade do Rio de Janeiro, pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da PUC-Rio, entre os meses de março e setembro de 2005. O artigo descreve as principais atividades desenvolvidas pelo projeto; faz uma reconstrução da história local; apresenta e discute as principais tensões sociais ali presentes; resume o quadro laboral da comunidade, e analisa os entraves e perspectivas para o desenvolvimento socioambiental sustentável na comunidade.

Palavras-chave: Cidadania ambiental; desenvolvimento socioambiental; Vila Canoa.

Desenvolvimento socioambiental: considerações iniciais

No contexto das poderosas mudanças econômicas, políticas, culturais e ambientais que as sociedades contemporâneas vêm experimentando nas últimas décadas, o conceito “desenvolvimento” vem sofrendo sucessivas redefinições epistemológicas, ligadas a igualmente mutantes agendas político-econômicas. Apropriada e redefinida pelo movimento ambientalista a partir da década de 1970, a palavra “desenvolvimento”, adjetivada pelo complemento “sustentável”, significou crescimento econômico e ampliação da produção industrial durante as décadas de 1970 e 1980. A partir dos acontecimentos político-econômicos internacionais do princípio dos anos 1990 e seus desdobramentos belicosos, o conceito “desenvolvimento” vem sendo entendido como: “equidade social”, “erradicação da pobreza” e “participação popular”, entre outros (FONSECA, 2005, p. 121).

* Arquiteta, mestre em *Latin American Studies* e doutora em História. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio desde 1993. Coordena a linha de pesquisa intitulada “Questões socioambientais, estudos culturais e desenvolvimento sustentável”, do Programa de Pós-graduação do Departamento de Serviço Social, desde 2002.

A proposta deste trabalho é oferecer um material documental a partir do qual se possa refletir sobre “desenvolvimento”, baseado em uma racionalidade outra, que seja pautada em valores éticos e que se construa a partir do patrimônio imaterial das identidades culturais de cada grupo humano. Desta maneira, o conceito “desenvolvimento” para efeito desta reflexão pode ser entendido como sinônimo de “cultura”, aqui considerada como o conjunto de características humanas socialmente construídas, mantidas e ampliadas através da comunicação, do convívio e dos símbolos (ícones) próprios de cada “sentido de pertença”. Por ícones destas “pertencas” entendemos todas as formas de expressão simbólica e identitária de valores, experiências e vivências compartilhadas por aqueles que se percebem como portadores de uma determinada identidade cultural.

Assumimos com Castells (1999) que toda forma de identidade é uma construção e que toda construção de identidade implica negociações de poder (CASTELLS, 1999, p. 426). Como consequência disso, sustentamos que o poder que cimenta e nutre as identidades culturais é decorrente dos valores éticos (hábitos e costumes) dos seus sujeitos coletivos sendo, portanto, crucial reconhecê-los para deles se apropriar como suporte para a reflexão sobre “desenvolvimento” local.

Além disso, para refletirmos sobre “desenvolvimento” na atual conjuntura histórica é igualmente necessário reconhecer as transformações estruturais pelas quais vem passando o mundo em que vivemos. Para Castells (1999), três elementos são responsáveis pela reestruturação do capitalismo na entrada do século XXI: os avanços das tecnologias da informação, com a constituição da sociedade em rede; a globalização das atividades econômicas, com a flexibilização do emprego e a individuação na esfera do trabalho e a desmontagem da estrutura da família patriarcal, principal suporte do paradigma do Estado-nação. Neste contexto, para o autor:

Juntamente com a revolução tecnológica, a transformação do capitalismo e a derrocada do estatismo, vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Essas expressões encerram acepções múltiplas, são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade (CASTELLS, 1999, p. 18).

É dessa ordem de preocupações que nos ocupamos no projeto de pesquisa e extensão intitulado “A construção de uma cidadania ambiental em Vila Canoa a partir da identidade cultural local” —Projeto Vila Canoa—, realizado através de uma parceria do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, NIMA e a Incubadora Social do Instituto Gênese,

ambos da PUC-Rio, com o apoio do Banco Mundial, entre março e setembro de 2005.

O Projeto Vila Canoa

O Projeto Vila Canoa, desenvolvido pelo NIMA, correspondeu à primeira fase de um projeto maior de desenvolvimento local com ênfase em mídias —*Media ICT* (Meios de Comunicação em Cultura e Tecnologia)—, implementado pela incubadora social da PUC-Rio, cujo objetivo era:

Promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade de Vila Canoa —localizada em São Conrado—, e do seu entorno, através de um estudo da rede de serviços de comunicação local e do apoio ao crescimento de iniciativas de tecnologia, cultura e negócio, de caráter comunitário, estabelecidos na região (INSTITUTO GÊNESIS, 2005, p. 1). [Tradução nossa, do original em inglês *Media ICT*].

O Projeto Vila Canoa, uma intervenção pontual com duração pré-estabelecida para seis meses, tinha como objeto central:

...realizar, juntamente com os membros da comunidade, um levantamento socioambiental do bairro, com o objetivo de conhecer a sua história, formação social e patrimônios ecológico e cultural. A correta compreensão deste patrimônio permitir[ia] a reconstrução da identidade cultural local, [a ser] tomada como base para o desenvolvimento local sustentável (NIMA, 2005a, p. 3).

O objetivo das atividades do NIMA, através do Projeto Vila Canoa, era o de identificar as principais “vocações” presentes na comunidade¹, suas potencialidades e seus principais atores, bem como os entraves sociais, econômicos e ambientais que se apresentavam ao pleno desenvolvimento das mesmas. Este trabalho se destinava a servir como base de reflexão para a realização da etapa seguinte do projeto *Media ICT*, que consistiria na “incubação” de atividades econômicas selecionadas, ou construídas, a partir deste primeiro trabalho realizado pelo NIMA junto à comunidade. Em outras palavras, as duas iniciativas somadas conformavam um esforço interdisciplinar da PUC-Rio de repensar o “desenvolvimento” de uma comunidade pobre da cidade do

¹ O conceito “comunidade” vem sendo sistematicamente discutido pelas Ciências Sociais, sendo que os trabalhos de Bauman (2003) e Castells (1999) são referências para a nossa reflexão sobre este. O termo foi adotado neste estudo em respeito à autodenominação freqüentemente utilizada pelos moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro e, embora a sua adoção justificasse uma discussão sobre os seus conteúdos, esta excede os interesses específicos deste trabalho.

Rio de Janeiro para nela apoiar, ou instalar, iniciativas que pudessem resultar em geração de emprego e renda para os seus moradores.

A partir dos primeiros “fóruns” desenvolvidos pela equipe técnica do projeto com os moradores da comunidade, foram organizadas quatro oficinas temáticas, que ocorreram no espaço da vila. Os objetos destas oficinas surgiram das preocupações expressadas pelos seus membros nos fóruns iniciais. Estas etapas do projeto tiveram uma duração total de cinco meses. Os temas destas oficinas foram: Memória e História; Mídia e Comunicação; Meio Ambiente, e Turismo.

Através das oficinas, foi se concretizando o esforço de identificação das “vocações” instaladas na comunidade e suas potencialidades, bem como se reconheceram as principais tensões sociais, revelando seus atores centrais. Quatro aspectos conceituais se apresentaram para a análise e discussão da equipe técnica do projeto:

- 1) A prevalência na comunidade de relações sociais de subalternidade, cuja expressão maior se dava através do par paternalismo/clientelismo;
- 2) A existência de uma clivagem de gênero nos conflitos de poder intracomunitários;
- 3) A permanência de históricas falsas dicotomias sócio-espaciais, e
- 4) A fragilidade da identidade cultural local.

Tensões socioambientais presentes na comunidade

A partir do tratamento dos temas que apareceram nos fóruns e oficinas do Projeto Vila Canoa se identificaram três grandes áreas de tensão na comunidade de Vila Canoa, com relação a sua própria inserção e representação no espaço da cidade.

A primeira se relacionava diretamente ao chamado “turismo de favela”, uma lucrativa atividade econômica que vem sendo explorada nos espaços de algumas comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro. Em Vila Canoa, onde este ocorre, esta atividade era percebida pelos moradores como degradante da sua condição social e de morador. Esta percepção ficava agravada pelo fato de que a comunidade entendia que este tipo de turismo não vem deixando benefícios econômicos para a maioria dos seus membros, tais como a geração de emprego e renda, através da venda de artesanato local; da contratação do trabalho de guias turísticos da própria comunidade; do consumo nos restaurantes da vila, etc. Adicionalmente a este estado de coisas, a comunidade percebia a única ONG existente no seu interior, localizada em uma das suas principais vias de acesso, como a maior beneficiária desta atividade, na medida em que as suas instalações são utilizadas como ponto de recepção ao turista. Ali ocorre a maioria das vendas dos produtos artesanais da comunidade pelos artistas e artesãos que mantêm relações sistemáticas com a ONG, dentre estes, as artesãs da Associação de Mulheres de Vila Canoa. Constatou-se que uma parte substantiva da ascendência de poder

que manipulam estes indivíduos no interior da comunidade, emana desta relação, a mesma que reinstala e reforça posições de subalternidade social pré-existentes à sua criação.

A segunda área de tensão que mobilizava a comunidade diz respeito à água. Quanto a este tema pudemos identificar três linhas de preocupações. A primeira tem a ver com o despejo de esgotos *in natura* no rio Canoas, especialmente de algumas das casas e condomínios de classe média e média alta, localizados ao alto da comunidade, com incontestáveis prejuízos para o Meio Ambiente e a saúde coletiva. Também preocupa a construção de novas casas no interior da própria Vila Canoa, por não se ter controle sobre a forma como estes novos esgotos estão sendo articulados à rede existente.

A segunda se refere ao fato de que o abastecimento de água de Vila Canoa é feito por um sistema que é uma “doação” de proprietários maiores da região, havendo constrangimento por parte dos moradores para “reclamar” quando o abastecimento apresenta alguma forma de descontinuidade. Um dos desejos expressos dos moradores é o de desenvolver um sistema próprio de captação de águas, a partir de mananciais de água doce da região, para se libertar do jugo da posição de “beneficiário dependente” de uma doação.

Por último, no que ainda se refere ao tema água, o fato do rio Canoas estar represado nas propriedades privadas localizadas acima da Vila Canoa, o fluxo destas águas é controlado pelos seus proprietários, de acordo com as suas necessidades. Isso ocasionava que, nas épocas de enchentes, muitas vezes as comportas sejam abertas para aliviar a pressão das águas sobre as mesmas, causando inundações e outros inconvenientes e riscos em Vila Canoa. A comunidade desejava construir alguma forma de diálogo com estes proprietários para desenvolver formas de gestão socioambiental participativa.

A terceira e última área de tensão que identificamos em Vila Canoa dizia respeito à identidade da sua população. Entendemos que uma “identidade cultural” local se define como um “sentido de pertença” no espaço da cidade, uma representação social e a sua capacidade de desenvolver projetos para o futuro da comunidade. Ficou claro nas oficinas, e particularmente na Oficina de Memória e História, o cisma de origem que permanece na vila, ocasionando uma fragmentação da identidade cultural local, após pelo menos quatro décadas de ocupação da área.

Embora a população de Vila Canoa compartilhe com as suas vizinhas pobres um espaço geográfico, uma história de ocupação, índices socioeconômicos e um único fenômeno urbano de origem, instalou-se na população da vila uma dualidade de pertença, cuja linha geográfica divisória passa pela “muralha” (como é chamado o muro de sustentação das comportas do rio Canoas). Esta é uma divisão sociológica imaginária, cuja gênese histórica está na relação dos seus moradores com o Clube Gávea Golfe e que depois se duplicou na relação com os donos das mansões, localizadas frente à comunidade. No nosso entender, esta

diferenciação entre “os primeiros” e “os que vieram depois”; os da “muralha” e os da “favelinha”; “as casa que têm janelas” e “as que não têm” e tantas outras formas de criar e recriar uma hierarquização hipotética tem mais uma vez a ver em Vila Canoa, com relações clientelistas e paternalistas que foram, e continuam sendo, o mecanismo de controle social na região por parte dos poderosos locais.

História local

Os objetivos principais do esforço de reconstrução da história local empreendido pelo Projeto Vila Canoa eram os de sensibilizar a comunidade para a necessidade de repensar a sua relação com o seu Meio Ambiente —o seu *habitat*— e completar o levantamento documental sobre São Conrado e a ocupação da área de Vila Canoa, como base para a construção da identidade cultural local e reconstrução da percepção da comunidade sobre a sua presença e representação no espaço da cidade. Este trabalho foi realizado através de atividades de reconstrução de memória desenvolvidas pela Oficina de Memória e História, a partir de depoimentos dos moradores mais antigos, bem como de uma pesquisa histórica realizada em acervos documentais institucionais e coleções de documentos familiares, tais como: o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; o Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro; a Igreja de São Conrado; a Biblioteca da PUC-Rio e entrevistas e documentos gentilmente cedidos pela família Niemeyer, original proprietária de parte das terras da região. Finalmente, esta oficina se ocupou de levantar e reproduzir um conjunto de mapas da região de São Conrado, com ênfase na área de Vila Canoa, junto às instâncias competentes da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, cujas datas (1959; 1975; 1990, e 1997) — que cobrem um período de mais de 45 anos— permitem acompanhar o movimento de ocupação urbana da área em questão.

As entrevistas realizadas na comunidade tornaram clara a dificuldade que ali existe para lidar com as questões relativas ao exercício da cidadania e a gestão socioambiental local, historicamente construídas, temas que norteavam aquela oficina. O que se pode observar é que em Vila Canoa se apresenta uma marca forte de conformismo e individualismo e um aparente descrédito pela busca de soluções coletivas para a superação das dificuldades. O que se observa é que nesta comunidade a esfera pública, à qual o exercício da cidadania e a gestão socioambiental estão associados, está esvaziada dos seus significados de expressão e representação da vontade do coletivo.

A história formal do bairro de Vila Canoa está por ser escrita. O que se dispõe de documentação, além da mapografia já mencionada, se compõe de notas esparsas em monografias de graduação, conjuntos de fotos familiares, documentos cartoriais privados e memórias dos moradores mais antigos da região. Na percepção destes, que corresponde ao grupo aceito pela comunidade como legítimo portador da sua memória, a história do bairro começa na década de 1920, com o

estabelecimento de um pequeno conjunto de barracos de madeira (fala-se de três a cinco residências), que teriam sido construídos em uma primeira área de ocupação por alguns funcionários do Clube Gávea Golfe em terrenos do clube, com o consentimento dos seus administradores. Aquele teria sido um tempo em que casas estavam instaladas encosta acima, na parte posterior do campo, e o único acesso à comunidade se dava através das dependências sociais do clube. Durante este tempo se permitia aos seus moradores o uso dos campos de golfe nas segundas-feiras para o seu lazer, quando o clube estava fechado para os sócios, o que demonstra a construção de um claro sentido de pertença dos moradores estabelecido através da sua relação laboral. Entretanto, esta pertença implicava também limitações importantes de mobilidade espacial e mobilização social. No nosso entender, esta teria sido a gênese das relações sociais de subalternidade presentes na comunidade.

As primeiras iniciativas de reconstrução e ampliação daquelas casas, em alvenaria, levaram o clube a demoli-las prontamente, sob a alegação de que se buscava evitar os perigos decorrentes da passagem dos funcionários e seus familiares pelos campos de golfe. Isso teria ocorrido por volta do final da década de 1940, quando os filhos dos funcionários começaram a constituir família e ampliar o número de moradores em cada casa, ou a construir outras residências no local. As casas demolidas foram substituídas por outras casas, de alvenaria, especialmente construídas pelo próprio clube para uso exclusivo dos seus funcionários e familiares, em uma segunda área de ocupação, conhecida hoje como Pedra Bonita (ou pelo seu apelido de “muralha”). Esta área também estava localizada no interior da propriedade do Clube Gávea Golfe, funcionando como uma espécie de “vila operária” e o acesso a ela igualmente se dava por trilhas que adentravam a propriedade sem, no entanto, cruzar sua parte social e os campos de golfe. A primeira área de ocupação da região permanece até hoje não utilizada. É importante ressaltar aqui que este primeiro grupo humano se estabeleceu na região “com o consentimento” dos proprietários das terras por eles ocupadas, não ocorrendo um processo de “invasão” ou “apropriação” por confronto.

Uma daquelas trilhas de acesso que surgiram então, ampliando-se mais tarde, passou a ser chamada de Caminho das Canoas, supostamente por ser utilizado pelos pescadores da praia de São Conrado para transportar suas embarcações a um local de guarda, localizado na parte posterior da capela de São Conrado. Mais tarde o Caminho das Canoas deu lugar à atual Estrada das Canoas. Esta terceira área de ocupação passou a ser lentamente ampliada, desta vez sem qualquer forma de “consentimento”, a partir do final da década de 1960, com a chegada de outros membros das redes familiares dos funcionários do clube, que estavam estabelecidos na parte mais alta da comunidade: a Pedra Bonita.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a comunidade que ali se instalou passou a ser conhecida como Favela das Canoas (ou pelo seu apelido de “favelinha”), por haver sofrido um forte adensamento populacional e geográfico. Estes incrementos se explicam no contexto da

expansão urbana dos bairros de Ipanema, Leblon, Gávea e São Conrado, que ocasionou um crescimento populacional das áreas da Rocinha e Vidigal, decorrente da chegada de imigrantes nordestinos para trabalhar na indústria da construção civil, através das oportunidades de trabalho que se abriam. A atual Vila Canoa não escapou desta onda de crescimento populacional e os relatos de muitos dos moradores que chegaram nesta época, oriundos do nordeste, confirmam a sua passagem inicial como moradores das comunidades da Rocinha e Vidigal antes de se mudarem definitivamente para a então Favela das Canoas, por razões de matrimônio com filhos dos seus moradores, ou por terem familiares morando naquela área. Por outro lado, a Pedra Bonita (“muralha”) foi “protegida” deste adensamento populacional e urbano pela sua histórica relação com o clube, que lutou durante aquelas duas décadas para circunscrevê-la geograficamente, com o apoio dos proprietários dos terrenos localizados do outro lado da Estrada das Canoas. Naquela região estava localizada uma área pertencente à família Niemeyer, como já vimos, e já se encontrava em processo de ocupação com habitações unifamiliares de alto luxo, o que limitava a expansão territorial da Favela das Canoas no sentido oposto ao da localização da Pedra Bonita.

Do ponto de vista das principais ocupações dos seus moradores neste período, os trabalhadores que estavam instalados na Favela das Canoas (“favelinha”) mantinham vínculos familiares com os funcionários do clube, o que permitiu que muitos se empregassem junto às famílias dos seus diretores, amigos e moradores abastados da região. Este aspecto teria reforçado a natureza das relações sociais paternalistas/clientelistas que já existiam na região anteriormente.

Durante o período que se estendeu do final dos anos 1950 até o final da década de 1970, a população da “favelinha” viveu sob o estigma de “favelada” e com a permanente preocupação de ver as suas residências serem demolidas, como decorrência dos programas oficiais de remoção de favelas, comuns naquele período. Esta realidade levou a que a comunidade da Favela das Canoas buscasse formas de luta comunitárias e, neste contexto, surgiu a Associação de Moradores de Vila Canoa, AMAVICA, contando com o apoio da Pastoral de Favelas. Foi nesta época também que se deram grandes esforços comunitários para a construção das casas de alvenaria —através de mutirões—, de tal maneira que as mesmas não pudessem ser queimadas ou removidas. Este movimento de resistência social que colocava de um lado os “membros” da comunidade e de outro, principalmente, o poder público, criou laços intracomunitários importantes e fez nascer lideranças locais que ocuparam o espaço da Associação de Moradores.

Embora não existam relatos precisos sobre este tema, tudo leva a crer que a grande cisão Pedra Bonita/Favela das Canoas —gênese da falsa dicotomia socioespacial “muralha”/“favelinha”— tenha ocorrido neste contexto. Evidência disto é o fato de que, quando convidados a falar sobre as diferenças entre as duas áreas de ocupação de Vila Canoa, os moradores mais antigos invariavelmente se remetem à Associação de

Moradores da Pedra Bonita acusando-a de “não fazer nada”. Tudo leva a crer que, durante os duros anos 1960/1970, os moradores estabelecidos pelo clube na segunda área de ocupação da região não se sentiram ameaçados pelos programas de remoção de favelas e, portanto, não aderiram à luta dos moradores da terceira área de ocupação —a “favelinha”. As conseqüências sociopolíticas disto explicariam parte dos conflitos intracomunais já mencionados, vividos até a atualidade.

A diminuição da tensão em torno da questão habitacional, resultante do processo de redemocratização do país —a partir de meados da década de 1980— e, principalmente, da implementação do Programa Favela-Bairro —no princípio da presente década—, teve como conseqüência a construção de uma nova auto-percepção da comunidade, que se reflete na adoção recente do nome “Vila Canoa” para todo o conjunto de residências —Favela das Canoas e Pedra Bonita, ou seja: “favelinha” e “muralha”— e no esvaziamento do principal conteúdo de luta política da AMAVICA. Cabe ressaltar que, mais uma vez, a auto-identificação da comunidade se deu não nas suas relações internas, mas na sua relação com um “Outro” do qual emana poder, neste caso, o poder público, através do programa Favela-Bairro.

As mulheres da comunidade, vencidas na sua primeira postulação à presidência da AMAVICA (2003), passaram a cobrar espaço político para fazer circular outras agendas mais adequadas aos tempos atuais, tais como: geração de renda a partir de trabalho artesanal e/ou domiciliar, violência intrafamiliar e comunitária e formas associativas alternativas, para mencionar algumas delas. Decorreu daí a constituição naquele mesmo ano da Associação de Mulheres de Vila Canoa, com um forte conteúdo de crítica ao universo sociopolítico masculino.

A dicotomia “muralha/favelinha” é, portanto, uma mimetização da dualidade de pertença historicamente construída, consolidada e sistematicamente atualizada na comunidade, expressa pelo par padrão/empregado, e que se fundamenta em uma relação sociológica de subalternidade e dependência. Entendemos que a função sociopolítica que esta mimetização cumpre até os nossos dias é a de canalizar as tensões do convívio socioespacial de duas realidades socioeconômicas bastante desiguais, mantidas em uma relação insustentavelmente assimétrica, no que concerne ao direito cidadão de apropriação e utilização do espaço urbano, do qual o caso da água é exemplar. No que se refere aos mecanismos internos desta mimetização, no nosso entender, estes podem ser entendidos a partir das categorias “estabelecidos” e “outsiders”, segundo definidas e discutidas por Elias & Scotson em **Os estabelecidos e os outsiders** (ELIAS & SCOTSON, 1965).

Cidadania ambiental e comunidade em Vila Canoa

A ambição da intervenção do NIMA era a de entregar à comunidade ferramentas de gestão socioambiental da sua realidade local, estando este interesse principalmente colocado no processo de

“cidadanização” dos seus membros, entendida por nós como a educação para o exercício da cidadania ambiental. Acreditamos que a construção de uma agenda de desenvolvimento socioambiental local que, se espera, seja também capaz de criar oportunidades de geração de emprego e renda, deva estar pautada no autoconhecimento por parte da comunidade dos seus percursos históricos e projetos de futuro, em uma palavra: da sua identidade cultural.

O elo sociológico que está em vigência na vila está construído sobre uma relação de consentida subalternidade da população de Vila Canoa em relação aos muitos “patrões” que possam se apresentar na região. Se de um lado os poderosos da região utilizam uma postura paternalista em relação aos moradores de Vila Canoa, de outro estes sistematicamente adotam uma postura clientelista, onde a renúncia aos direitos cidadãos se “re-compensa” com soluções que são sempre concebidas e derivadas do Outro. Desta “renúncia”, que passa a pautar a ética dos indivíduos, nasce a convicção de que “alguém”, ou alguma instituição, sempre será o legítimo responsável pelos problemas e por suas soluções. Como decorrência, o estratégico “bom comportamento” social da comunidade não pode prescindir da existência de algum “poderoso” a quem se possa servir sem questionar (clube, patrões, ONGs, igrejas, benfeitores, universidades, etc.), desde que o poder que dele emana, possa ser apropriado para desqualificar ou excluir um igual, através de dicotomias que mimetizam esta relação fundacional. Quanto a isso, as práticas segregadoras da Associação de Mulheres de Vila Canoa são bastante ilustrativas. Neste contexto se explica a resposta de um jovem participante da primeira atividade do projeto na comunidade que, quando solicitado a escrever alguma coisa que descrevesse a si mesmo e aos seus projetos de futuro, desenhou uma palma de mão vazia, com a legenda: “falta só um empurrãozinho”.

Por esta razão, entendemos que a questão da identidade cultural da população de Vila Canoa encontra muita dificuldade para se estabelecer enquanto uma “identidade de projeto”. Segundo Castells (1999) uma “identidade de projeto” se constrói quando os agentes sociais tratam de redefinir a sua própria posição na sociedade, a partir dos legados culturais a que tiveram acesso (CASTELLS, 1999, p. 425). Para o autor, estes tipos de agentes precisam, necessariamente, ser mobilizadores de símbolos, o que equivale a dizer que para obter sucesso, eles devem se manifestar através dos meios da principal corrente cultural para subvertê-la em benefício de valores alternativos, justamente o que parece ser muito difícil nesta comunidade. Em outras palavras, haveria que dar visibilidade aos conteúdos culturais historicamente silenciados, re-significando-os e criando novos símbolos que os representem.

Cabe ressaltar que, na medida em que a “segurança” da relação patrão/empregado depende da aceitação de uma hierarquia de poder, a única forma de identidade que tem encontrado existência na comunidade de Vila Canoa, no nosso entender, é a “identidade legitimadora” (CASTELLS, 1999). Para Castells uma “identidade legitimadora” tem a

sua origem ligada às instituições e organizações da sociedade civil, pois ela surge e se organiza em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho (CASTELLS, 1999, p. 420). No caso de Vila Canoa, a identidade sociocultural local, uma “identidade legitimadora”, está fundada na histórica relação entre os trabalhadores do clube e o seu empregador. Esta é a essência do que deve ser entendido para que se possa re-significar o sentido de pertença da população de Vila Canoa no espaço da cidade.

O quadro laboral da comunidade

A pesquisa sobre o atual quadro laboral de Vila Canoa, realizada através da Oficina de Turismo, selecionou e entrevistou 13 dos seus 17 participantes. O objetivo geral desta pesquisa era o de permitir uma descrição do perfil dos artistas e artesãos de Vila Canoa, para a construção de um projeto de desenvolvimento socioambiental local, baseado em um modelo associativo/participativo, para a geração de emprego e renda na comunidade. É importante mencionar que o universo pesquisado se restringiu àqueles indivíduos que se vêem como artesãos e que manifestavam uma busca de visibilização do seu trabalho e de oportunidades de vendas dos produtos nos moldes propostos. Os dados expressos nas tabelas que se seguem reproduzem os principais achados desta pesquisa (NIMA, 2005b, p. 13-18).

Com relação aos aspectos demográficos, sua composição mostra uma marcada predominância feminina (85%), na faixa etária correspondente à categoria “maiores de 35 anos” (77%), e com idade média calculada de 45 anos (Quadros I e II). Isso equivale a dizer que, embora o artesanato constitua atualmente uma das principais possibilidades de geração de renda no local, esta é uma atividade econômica da esfera feminina e uma iniciativa dos adultos da comunidade.

Quadro I - Gênero

Feminino		Masculino	
<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
11	85	2	15

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 13)

Quadro II – Idade

Faixa etária	<i>f</i>	%
< 20 anos	-	-
21 - 35	3	23
36 - 40	2	15
41 - 50	4	31
> 51 anos	4	31

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 13)

No que se refere à construção dos vínculos sócio-culturais do grupo dos artesãos com a comunidade, pode-se dizer que na sua totalidade estes são provenientes de outras regiões culturais (Quadro III). Observou-se que há uma forte predominância de indivíduos (46%) que se estabeleceram na comunidade entre 20 e 30 anos atrás (Quadro IV), ou seja, desde 1976 até meados da década seguinte. Isto equivale a dizer que boa parte do grupo de artesãos é morador da vila desde o seu principal momento de crescimento, porém estes não se confundem com o grupo considerado “antigos moradores” de Vila Canoa, o que não se traduz por “estabelecidos”. Considerando-se que esta foi a década de maior crescimento urbano da área, observado nos mapas relativos a estes limites temporais (1975 e 1990), é possível inferir que estes artesãos são também membros construtores da identidade cultural híbrida que existe na região. A marcada presença de migrantes provenientes do Ceará (39%) sugere a presença de redes familiares fortemente estabelecidas em Vila Canoa desde, pelo menos, o princípio da década de 1980. Quando somada à frequência de artesãos provenientes de outros estados do Nordeste, este valor chega a 54% da população estudada (Quadro III), reafirmando a extração cultural de influência nordestina em Vila Canoa.

Quadro III – Origem

Origem	<i>f</i>	%
RJ	3	23
MG	1	8
CE	5	39
Outros NE	2	15
Outros países	2	15

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 14)

Quadro IV – Tempo de residência

Tempo	<i>f</i>	%
Menos de 2	1	8
De 2 a 10	3	23
De 11 a 20	2	15
De 21 a 30	6	46
Mais de 31	1	8

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 14)

Do ponto de vista das técnicas artesanais por eles utilizadas, podemos dizer que há uma discreta superioridade de incidência de costureiras (28%), que não chega a constituir uma tendência principal de vocação laboral (Quadro V). A observação mais relevante do quadro de atividades desenvolvidas em Vila Canoa é a sua distribuição aleatória de técnicas, sem indicar a existência de algum nicho laboral socialmente privilegiado.

Também chama a atenção a discreta participação percentual da culinária, uma atividade reconhecidamente importante como geradora de

renda e sabidamente existente em Vila Canoa. Ao que tudo indica, esta é uma técnica não percebida como artística ou “artesanal” pela comunidade ou, fato mais provável, as artesãs da culinária não se interessam pela dimensão associativa, por já possuírem público consumidor próprio. Também merece ser comentado que, quando somadas as frequências de pintura e escultura (12%) com a de artesanato realizado com material reciclado (16%), em base à observação empírica de que a maioria destes trabalhos se realizam com estes materiais, chegamos aos mesmos 28% das costureiras, com a diferença de que aí se encontram os artesãos homens, com idade média de 27 anos e que são os principais “buscadores” de técnicas e produtos alternativos e inovadores.

Quadro V – Técnicas artesanais utilizadas*

Tipo de artesanato	<i>f</i>	%
Biscuit	3	12
Costura	7	28
Crochê e tricô	2	8
Culinária	2	8
Madeira	1	4
Pintura e escultura	3	12
Reciclados	4	16
Sabão	1	4
Velas	2	8

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 14)

* Posto que alguns artesãos realizem mais de uma técnica, as frequências deste quadro se referem ao número de artesãos que realizam cada uma das técnicas.

Cabe ressaltar que qualquer projeto de desenvolvimento socioambiental local, em base ao trabalho artesanal desenvolvido pela comunidade, deve levar em conta estas considerações, no sentido de não apenas buscar uma produção diferenciada e com vantagens comparativas no mercado, mas também, e principalmente, por constituir esta uma avenida privilegiada de enfrentamento das questões sociopolíticas discutidas anteriormente.

Quanto ao tipo de capacitação a que estiveram expostos os artesãos de Vila Canoa, pode-se afirmar que a maioria (53%) aprendeu as técnicas que explora através de relações familiares e de amigos, por tentativa e erro e através de autodidatismo (Quadro VI). Merece registro o fato de que uma parcela considerável dos artesãos (35%) buscou capacitação em cursos curtos e pagos para a aquisição de técnicas “exóticas” ao universo cultural da comunidade, tais como: *biscuit*, velas e sabão aromatizado. É curioso notar a busca de “originalidade” de fora para dentro da comunidade, e não desta para o seu mercado externo. Uma discussão sociológica sobre este aspecto poderia ajudar a lançar luzes sobre a relação dos artesãos com o seu público alvo

Quadro VI – Capacitação

Tipo de	f	%
Autodidatismo	9	53
Curso da igreja	2	12
Outros cursos	6	35

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 15)

Quadro VII – Experiência acumulada

Tempo de	f	%
< 2 anos	5	38
2 a 5	3	23
6 a 10	1	8
11 a 15	1	8
16 a 20	-	-
21 a 25	2	15
> 26 anos	1	8

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 16)

Ainda sobre a capacitação do trabalho artesanal em Vila Canoa, agora em termos da experiência laboral acumulada, surpreende observar que mais da metade dos artesãos exerce este trabalho a menos de cinco anos (53%), ou seja, a partir do começo dos anos 2000 (Quadro VII). A partir deste dado, quando interpretado à luz da situação laboral anterior ao envolvimento dos artesãos com o seu trabalho atual (Quadro VIII), pode-se assumir que o trabalho artesanal e/ou domiciliar representa hoje uma das poucas opções laborais abertas para a comunidade, posto que mais da metade dos artesãos encontrava-se em situação de desemprego (55%). Considerando-se que, como já foi visto, quase a metade deste grupo reside em Vila Canoa há mais de 20 anos, pode-se supor que o final da década de 1990 representou um momento de afastamento do mercado de trabalho formal para uma parcela considerável da população de Vila Canoa, no qual a atividade laboral domiciliar —para a qual o trabalho artesanal é central— passou a ser uma das únicas possibilidades de geração de renda familiar.

Esta hipótese torna ainda mais relevante a discussão sobre disputas de poder intracomunais desenvolvida anteriormente, sobretudo no que se refere às relações inter-gêneros na atualidade. Também é sugestivo neste quadro, o papel desempenhado pela única ONG do local, responsável pela oferta de empregos a 30% dos artesãos da Vila em passado recente, um dado que ilustra a sua relevância econômica para a comunidade nesta nova conjuntura e esclarece a natureza das lealdades políticas que constrói.

Quanto aos produtos propriamente ditos, não se percebe uma busca de conferir a eles uma marca comunitária (Quadro IX), ao contrário: quase a metade dos artesãos não considera o seu trabalho como parte da produção de Vila Canoa (46%). O individualismo é a característica comportamental mais recorrente no grupo dos artesãos,

cujos laços sociológicos estão construídos no plano pessoal e não nos planos comunitário ou laboral

Quadro VIII - Situação laboral anterior

Situação laboral	f	%
Emprego formal	2	15
Emprego na ONG	4	30
Desempregado	7	55

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 16)

Quadro IX – Identidade cultural e artesanato*

Referências de pertença	f	%
Sem identidade	6	46
Meio Ambiente	2	15
Pessoas	5	39

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 17)

* A pergunta feita foi: Com o que de Vila Canoa o seu artesanato se identifica?

Evidência desta realidade é a dificuldade que eles encontram para imprimir registros das pertenças (identidades) comunitária ou associativa, tanto na dimensão da sua produção (Quadro X), quanto na construção coletiva de uma agenda de desenvolvimento econômico local (Quadro XI)

Quadro X – Propostas de identificação cultural do trabalho*

Proposta	f	%
Etiquetagem	1	8
Reprodução de paisagem	5	37
Reprodução de ícones **	7	55

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 17)

* A pergunta feita foi: Se hoje o Sr.(a) criasse algo que identificasse Vila Canoa, o que criaria?

** Exemplos de ícones mencionados são: asa delta, canoa, Pedra da Gávea, etc.

Quadro XI – Objetivos individuais dos artesãos*

Objetivo	f	%
Capacitação profissional	4	25
Vendas	5	31
Espaco de exposição	4	25
Cooperativa	3	19

Fonte: (NIMA, 2005b, p. 17)

* A pergunta feita foi: Quais são os seus objetivos para o momento e para o futuro?

Quando questionados sobre as suas propostas para “identificar” seus produtos com a comunidade, mais da metade dos artesãos (55%) imaginou a utilização de ícones visuais distantes da comunidade no tempo (uma canoa) ou no espaço (asa delta, uma referência à rampa de

salto de asa delta e a Pedra da Gávea, ou seja, elementos da natureza circundante da comunidade da qual ela não toma parte). Não foram nem mesmo cogitados outros elementos que estivessem referidos às experiências humanas compartilhadas por muitos, como seriam, por exemplo, a culinária cearense ou nordestina e a arquitetura da comunidade, para citar apenas dois deles.

Finalmente, é importante observar que o individualismo e o imediatismo, fortemente predominantes no grupo, transformam as propostas de agendas de desenvolvimento comunitário em plataformas pessoais para a busca de soluções para questões pontuais, tais como: a necessidade de uma melhor capacitação profissional, de incremento de renda ou de apoio e insumos para as duas coisas. No conjunto de artesãos entrevistados, menos de um quinto das pessoas (19%) apontou como agenda o seu interesse pela construção de uma associação própria dos artesãos como um anseio pessoal.

Entraves e perspectivas para o desenvolvimento socioambiental local

Os principais entraves para desenvolvimento socioambiental de Vila Canoa são de duas ordens, visceralmente imbricadas. De um lado estão as disputas de poder intracomunitárias, cuja racionalidade está construída a partir de duas dicotomias: a de falsas pertenças sócio-espaciais e a de gênero. De outro lado, está a questão da reprodução das históricas relações sociais de subalternidade, criando obstáculos para a construção de novas formas de exercício da cidadania.

A preocupação que mais mobiliza a comunidade hoje é a busca de oportunidades de geração de emprego e renda, pois boa parte dos seus membros encontra-se desempregada ou trabalhando de maneira informal e/ou domiciliar. Este tema ocupa o imaginário das pessoas no que se refere aos seus projetos de futuro, superando as preocupações com a posse do terreno da casa onde moram, a qualidade da água de que se servem, os perigos com inundações e com a estabilidade das construções e encostas, a falta de ofertas de lazer, a ausência de espaços públicos, os problemas de convívio, etc.

Como decorrência disto, do ponto de vista do poder intracomunitário, parte do poder político que historicamente se concentrava na esfera da AMAVICA —que estava diretamente ligada às lutas pelo direito de permanência dos seus moradores na área de ocupação irregular e do acesso de todos aos serviços públicos—, recentemente vem migrando para a esfera da Associação de Mulheres, que passou a protagonizar a questão do trabalho artesanal na comunidade, um tema cuja atualidade sócio-econômica é bastante relevante. Decorre daí a importância do poder que começa a residir na Associação de Mulheres.

De um lado, aquela associação se define em termos de gênero e do seu viés laboral —o artesanato— e de outro, suas práticas políticas recriam e reproduzem as práticas clientelistas, historicamente

responsáveis pela situação de subalternidade vivida pela comunidade em relação aos poderosos locais. Uma evidência destas relações e dos seus mecanismos de funcionamento é o fato de que quatro dos 17 artesãos da comunidade —todas mulheres—, estiveram contratadas no passado pela ONG, bem como outras permanecem como empregadas domésticas das famílias dos seus proprietários.

A definição da associação em termos de gênero implica, necessariamente, na exclusão dos seus quadros de todos os artistas e artesãos do sexo masculino. Isso equivale a dizer que, em uma comunidade frágil do ponto de vista da sua capacidade de criar e manter instituições, discriminar o público masculino da principal instância de geração de renda, significa concentrar o poder político-econômico local nas mãos de um grupo reduzido de indivíduos que, pela sua inserção laboral, historicamente tem sido fácil de controlar. Muito embora possa ser argumentado que os homens preferem não se envolver nas atuais lutas coletivas da vila, a adesão do público masculino ao espaço de organização oferecido pelo projeto Vila Canoa constitui uma evidência clara de que novas formas de exercício da cidadania vêm sendo buscadas pelos indivíduos —homens e mulheres— que não se coadunam com as atuais práticas de gestão socioambiental predominantes na comunidade, sejam através da AMAVICA ou da Associação de Mulheres. A evasão deste público do projeto, após a tardia adesão das ativistas da Associação de Mulheres, foi uma forma de não contemporizar com estes jogos de poder, bem como constitui um indicador precioso do grau de dificuldade na gestão de conflitos que a comunidade vive hoje.

Por outro lado, considerando-se que o artesanato e o trabalho domiciliar são hoje as principais oportunidades de geração de renda na comunidade, a autodefinição segregadora da associação implica na marginalização intracomunitária —além de política, econômica— de uma parcela importante da capacidade laboral instalada, que necessariamente deve ser apreciada na construção de qualquer projeto de desenvolvimento socioambiental local.

Por razões que antecederam a implantação do projeto Vila Canoa, estava instalada na comunidade a expectativa de que a PUC-Rio, através de uma parceria do Instituto Gênese com a ONG local, estaria construindo e instalando uma oficina para o funcionamento das atividades laborais da Associação de Mulheres. Esta foi, sem lugar a dúvidas, a razão para que as associadas não tenham se interessado por participar inicialmente do projeto, pois estavam convencidas de que a sua relação com o projeto de desenvolvimento socioambiental local da PUC-Rio se daria através da ONG, sob a sua tutela e pela qual elas seriam privilegiadas.

A intencional negativa de participação das artesãs no projeto Vila Canoa, até o momento da realização de uma primeira exposição extracomunitária da produção artesanal local, permitiu que o espaço do projeto fosse compreendido pelos artistas, artesãos e outros moradores do local, excluídos da Associação de Mulheres, como um espaço político

alternativo, o que explica a sua composição inicial marcadamente masculina. Ainda mais importante é salientar que a ausência inicial das artesãs também permitiu a emergência dos temas que ocuparam as oficinas do projeto, a saber: o turismo de favela, a água e o cisma de identidade local. Esta ocorrência demonstra a importância de se manterem abertos espaços alternativos, nos quais se busque construir novas formas de exercício da cidadania em Vila Canoa, como forma de promover o desenvolvimento socioambiental local, sem permitir que as preocupações da comunidade se reduzam aos aspectos de sobrevivência mais imediatistas ou permaneçam submetidas aos interesses de outros grupos sociais.

A reprodução de práticas clientelistas funciona como um dos principais entraves ao exercício da desejável “cidadania ambiental” em Vila Canoa, na medida em que a gestão dos recursos locais —sejam eles ambientais (como, por exemplo, a água), ou econômicos (como os benefícios da exploração do turismo local e da venda de artesanato)—, esteja nas mãos de outros atores, cuja relação paternalista com a comunidade implica no controle das suas lideranças políticas e sociais mais poderosas.

Terminado o período preestabelecido de seis meses de intervenção da equipe do NIMA em Vila Canoa, foram identificadas como relevantes para o estabelecimento de iniciativas, a serem incubadas pelo Instituto Gênese, as seguintes áreas:

Em setembro de 2005, o jornal **Fala canoa!**, primeira mídia comunitária a existir em Vila Canoa, já se encontrava estruturado em termos da equipe que o desenvolvia, título, desenho gráfico, seleção e apresentação de conteúdos e processos de execução. Dois números seguidos já haviam circulado com sucesso na comunidade e começaram a serem construídas as bases para a sua sustentabilidade econômica. Faltavam ser estruturados os aspectos relativos à formatação jurídica e distribuição. Havia possibilidades de crescimento de oportunidades também com outras formas de mídias comunitárias, tais como uma rádio e jornal ou revista digital ou on-line.

Um grupo de moradores havia se associado para a construção de uma associação/cooperativa de turismo local, que visava desenvolver um pacote turístico para Vila Canoa a ser explorado pela comunidade. Já haviam sido desenhados roteiros, elaborados levantamentos dos negócios estabelecidos no local e listagem dos artesãos interessados em associar sua atividade ao programa de turismo, bem como estavam sendo identificados moradores com conhecimentos de idiomas, público alvo, potenciais guias de trilhas, etc. Faltavam ser estruturados os aspectos relativos à formatação jurídica da associação, parcerias a serem estabelecidas para captar o investimento inicial, divulgação e vendas, espaços de funcionamento, etc. Havia a possibilidade de enriquecer a proposta turística local no sentido de torná-la diferenciada a partir da apropriação dos achados das oficinas de Memória e História e de Meio Ambiente.

Estava reconhecida pela comunidade a Associação de Mulheres de Vila Canoa, que congregava a um grupo de artesãs com ênfase em costura. Entretanto, existiam mulheres não-membros da Associação, que dominavam outras técnicas artesanais e desenvolviam outras atividades domiciliares como, por exemplo: as doceiras, as cozinheiras, as lavadeiras, etc. Adicionalmente, foi constituído um grupo de artistas e artesãos do sexo masculino a partir das atividades do projeto, que buscava ser criador de novos produtos referenciados à identidade local, bem como desenvolver técnicas artesanais alternativas, utilizando materiais reciclados. Representantes destes três grupos de trabalhadores da comunidade já se encontravam em processo de organização de novas formas associativas. Faltava ser consolidada esta associação, a partir da definição de um formato que servisse a todos. As principais necessidades aqui eram as de redistribuição do poder que se concentrava nas mãos das lideranças da Associação de Mulheres e de criar mecanismos de autonomia da associação nascente para protegê-la da potencial tutela da ONG local.

É importante ressaltar que, embora o tema água tenha sido desmobilizado a partir da ênfase nos aspectos de geração de emprego e renda, a equipe via como interessante retomá-lo a partir de uma proposta de estabelecimento de uma associação local que se dedicasse à gestão comunitária do Meio Ambiente, com ênfase na água. Esta associação poderia se ocupar do monitoramento da qualidade das águas do rio Canoas e de atividades geradoras de emprego e renda, tais como: piscicultura; lavanderia comunitária; monitoramento de represas e trilhas ecológicas; jardinaria e paisagismo com referência à Mata Atlântica, entre outras.

Quanto aos empreendedores comunitários, havia a expectativa de que durante o Projeto Vila Canoa se identificasse um conjunto de aproximadamente 30 jovens, entre 18 e 25 anos, cuja atitude empreendedora permitisse a sua seleção para participar das próximas fases do projeto *Media ICT*. No entanto, a realidade local mostrou que os verdadeiros empreendedores da comunidade eram da faixa etária de 35 a 50 anos. Aparentemente a juventude local não se percebia como co-responsável pela geração de renda familiar, estando muitos deles investindo na educação escolar regular como forma de capacitação para o mercado de trabalho. Também não apareceu uma marca relevante de interesse dos jovens pela dimensão participativa/associativa, tanto na esfera da política, quanto na esfera das atividades econômicas. Suas principais preocupações estavam referidas aos temas do lazer e do acesso ao consumo, evidência da reprodução de valores que são próprios de outros extratos sócio-econômicos, baseados em outras identidades culturais.

(Recebido para publicação em março 2007)

(Aceito para publicação em maio 2007)

Abstract: The purpose of this article is to provide a set of sources to facilitate a new appraisal of the concept “development”, to be based on a different rationality, sustained by ethical values and to be built upon the intangible heritage of the cultural identity of each human group. The case study portrayed in this work corresponds to a social-environmental development project, implemented within the community of Vila Canoa, a poor neighborhood of São Conrado area, Rio de Janeiro City, by the Interdisciplinary Center for Environmental Studies (NIMA), of the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, between March and September, 2005. The article describes the main activities put into practice by the project; reviews the local history; presents and discusses the most important local social clashes; summarizes the community labor frame, and analyses the barriers and perspectives for the social-environmental sustainable development of the community.

Keywords: Environmental citizenship; Social-environmental development; Vila Canoa.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. Tradução de Plínio Dentzler do original em inglês *Community - Seeking safety in an insecure world*. 1a. edição 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2000. Tradução de Vera Ribeiro do original em inglês *The established and the outsider: a sociological enquiry into community problems*. 1 ed.1965.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. “Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável”. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral e PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Orgs.). *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. pp. 115-128.

INSTITUTO GÊNESIS, *Media ICT*. Documento impresso. Arquivo de documentos do Instituto Gênesis da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NIMA. Relatório parcial de atividades e demonstrativo da gestão dos recursos econômicos correspondentes, apresentado ao Instituto Gênesis, em cumprimento ao estabelecido na seção: ‘Apresentação de resultados’ do Projeto NIMA/Gênesis, de 17 de fevereiro de 2005. p. 5. Documento impresso. Arquivo de documentos do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 20/06/2005a. 66 pp.

NIMA. Relatório final de atividades e demonstrativo da gestão dos recursos econômicos empenhados até o momento, apresentado ao Instituto Gênesis, em cumprimento ao estabelecido na seção: 'Apresentação de resultados' do Projeto NIMA/Gênesis, de 17 de fevereiro de 2005. p. 5. Documento impresso. Arquivo de documentos do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 10/09/2005b. 135 pp.

